ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DA SEGREGAÇÃO NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO

TATIANE CLAIR DA SILVA SANTOS

RESUMO
Com vista em entender melhor o processo segregacional escolar, este ensaio foi desenvolvido, tendo como principal objetivo realizar breve análise sobre as segregações mais comuns e persistentes no contexto da Educação Básica pública de nível Médio. As questões problemas que regeram o estudo foram as seguintes: 1. Como o sistema público escolar básico contribui para com a segregação dos alunos negros e pardos? E 2. Quais medidas poderiam contribuir para diminuir o número de alunos que são retidos e/ou abandonam o Ensino Médio? Tinha-se como hipótese que, o sistema público escolar (inclusive as legislações ou falta delas) contribui para a histórica exclusão social de negros e pardos da Educação Básica, favorecendo assim a persistente exclusão dos alunos mais vulneráveis, não apenas racialmente, mas social e culturalmente. Sua estrutura organizativa arcaica e pouco atrativa, em descompasso com as necessidades sociais dos alunos, cooperava para desestimulá-los, levando-os a abandonar os estudos por empregos precários. O abandono escolar é estimulado também pela “pedagogia da repetência”, exclusão velada no seio do sistema escolar, que apenas legitima um “sistema educativo falido”.
Palavras-chave: Ensino Médio; Segregação; Exclusão.

ABSTRACT
In order to better understand the school segregation process, this essay was developed, with the main objective of carrying out a brief analysis of the most common and persistent segregations in the context of public Basic Education at the secondary level. The problem questions that governed the study were the following: 1. How does the basic public school system contribute to the segregation of black and brown students? And 2. what measures could contribute to reducing the number of students who are retained and/or drop out of high school? It was hypothesized that the public school system (including legislation or lack thereof) contributes to the historical social exclusion of blacks and browns from Basic Education, thus favoring the persistent exclusion of the most vulnerable students, not only racially, but socially and culturally. Its archaic and unattractive organizational structure, out of step with the social needs of the students, cooperated to discourage them, leading them to abandon their studies for precarious jobs. School dropout is also stimulated by the "pedagogy of repetition", a veiled exclusion within the school system, which only legitimizes a "failed educational system".
Keywords: High School; Segregation; Exclusion.

INTRODUÇÃO

A segregação social, cultural, econômica, educacional e racial é uma realidade que persiste na história do Brasil. Infelizmente, ações governamentais têm contribuído para reforçar estas segregações. Políticas têm sido implantadas com o objetivo de enquadrar, inibir e punir aqueles que estão fora de determinados padrões tidos como ideais ou adequados socialmente. Exemplo claro desse processo é a proposta de “cura gay”, onde políticos tratam a homossexualidade como uma doença e, portanto, passível de “reverter”, “curar”. Outra é a proposta de diminuição da maioridade penal – que muitos entendem ser a saída para diminuir os crimes praticados por uma parcela de jovens –, imputando apenas aos mesmos as consequências da ineficácia política, social, cultural, familiar e escolar. Os defensores destas políticas entendem que punindo os infratores cada vez mais cedo, se terá efeitos positivos no contexto social, levando com isso, a inibição de outros jovens a praticarem crimes.
Cita-se também as reformas trabalhistas que de acordo com especialistas tendem a favorecer a classe empresarial em detrimento do assujeitamento dos trabalhadores a situações “escravistas”. Um verdadeiro retrocesso aos direitos sociais adquiridos historicamente. Não é indiferente a Refor-

ma da Previdência que, de acordo com os especialistas, têm como fim, levar os trabalhadores a trabalharem mais, contribuindo com mais tempo para a Previdência, contribuição tal que nem sempre retornam como investimentos em benefícios sociais.

Cita-se ainda o "congelamento" dos investimentos sociais principalmente no Sistema de Saúde, Segurança Pública e Educação, além de cortes nos investimentos em setores que promovem principalmente desenvolvimento educacional, cultural e tecnológico que influenciam diretamente no desenvolvimento de capital intelectual/econômico do país, como por exemplo, a Ciência e Tecnologia .

No que diz respeito ao contexto escolar da Educação Básica, os baixos investimentos é uma dura realidade, a falta ou a insuficiência deles acaba por reforçar segregações presentes. A democracia do acesso, transvertida de um verniz democrático, justificado pela "facilidade" de acesso dos adolescentes e jovens ao ambiente escolar, não é acompanhada pela qualidade necessária. (PATTO, 1993). Estes fatores contribuem para um sistema educacional básico que, como apontou Patto (1993), "elimina precocemente" parte dos seus estudantes, principalmente negros e pobres. Isto é confirmado pelos dados dos últimos Censos Escolares, e inúmeras pesquisas de cunho científico que demonstram, com base em dados dos Censos e outros estudos acadêmicos, que a taxa de insucesso – soma de reprovação e abandono – é alarmante, além da exclusão velada dos mais vulneráveis. Vê-se que é urgentemente a implementação de políticas públicas escolares eficazes, que tenham como objetivo reverter o quadro segregacional presente e persistente na história da Educação Básica pública brasileira.

Com vista em entender melhor o processo segregacional escolar, este ensaio foi desenvolvido, tendo como principal objetivo, realizar uma análise sobre as segregações mais comuns e persistentes no contexto da Educação Básica pública de nível Médio brasileiro. As questões problemas que regeram o estudo foram as seguintes: como o sistema público escolar básico contribui para com a segregação dos alunos negros e pardos? E quais medidas poderiam contribuir para diminuir o número de alunos que são retidos e/ou abandonam o Ensino Médio?

Tinha-se como hipótese que, o sistema público escolar (inclusive as legislações ou falta delas) contribui para a histórica exclusão social de negros e pardos da Educação Básica, favorecendo assim, a exclusão dos alunos mais vulneráveis, não apenas racialmente, mas social e culturalmente. Sua estrutura organizativa arcaica e pouco atrativa, em descompasso com as necessidades sociais dos alunos, coopera para desestimulá-los, levando-os a abandonar os estudos por empregos precários. O abandono escolar é estimulado pela "pedagogia da repetência", exclusão velada no seio do sistema escolar, que apenas legitima um "sistema educativo falido". (PATTO, 1993).

O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Neste tópico foi realizado um resumo geral sobre o contexto educacional brasileiro do início no século XX, com vistas a entender as iniciativas no campo educacional que influenciaram a forma de pensar e fazer educação no Brasil, que prevalecem – boa parte delas – atualmente. O reflexo e efeitos dos princípios educacionais dos movimentos educacionais do início do século XX são nítidos na forma de pensar e fazer educação no Brasil.

O contexto histórico-cultural do início do século XX é fundamental para se compreender o delineamento da estrutura, objetivos e práticas que persistem até os dias atuais nas práticas pedagógicas da educação escolar pública brasileira. Isto apresenta efeitos adversos ainda nos dias atuais, como veremos nos dados apresentados na segunda parte desta reflexão.

Na década de 1930 influentes intelectuais deram continuidade nas discussões que vinham sendo desenvolvidas a respeito da estrutura, formatação e objetivos do sistema educacional, disseminaram mudanças que entendiam como necessárias diante da "inorganizado" (AZEVEDO, 1932) do sistema educacional de então. Os mais conhecidos são: Lourenço Filho (1897-1970), Fernando de Azevedo (1894-1974) e Anísio Teixeira (1900-1971), estes ficaram conhecidos como os "Cardeais da Educação Nova", lideraram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).

O Manifesto se tornou um marco monumental na história da educação brasileira. Sander (2007, p. 28), sintetizou muito bem o que representou estes intelectuais para a "renovação" do sistema educativo: "A renovação educacional no início da Segunda República estava alicerçada nas teorias psicológicas de Lourenço Filho, na contribuição sociológica de Fernando de Azevedo e no pensamento filosófico e político de Anísio Teixeira." Saviani (2007, p. 195) definiu esse período como o "equilíbrio entre a Pedagogia Tradicional e a Pedagogia Nova" entre os anos de 1932 a 1947.

O sistema educacional nesta época estava organizado para manter o status quo tradicional das condições sociais e econômicas da classe dominante, privilegiando as capacidades e aptidões individuais. De certo, o real objetivo do sistema não era de nível intelectual, mas de manutenção do nível social e cultural da elite. (LOURENÇO FILHO, 1930), (AZEVEDO, 1932). Isto não é estranho diante do contexto de então, haja vista que parte dos intelectuais que assinaram o Manifesto eram declaradamente eugenistas (STEPAN, 2005), alguns filiados em Sociedades Eugênicas – como a de São Paulo, fundada em 1918. Mesmo diante das conquistas sociais, os problemas corriqueiros da década de 20 e 30 do Brasil insistem em permanecer no sistema educacional brasileiro atual, como por exemplo, as altas taxas de abandono, repetência e a falta de consistência e harmonia do contexto social e cultural com o os objetivos da escolarização. Isto é o que se buscará discutir na próxima seção.

DADOS ANTIGOS E RECENTES DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Neste tópico serão apresentados dados que constatam que o sistema educacional brasileiro ainda precisa superar determinados problemas históricos, caso contrário, a segregação continuará prevalecendo. Antes de mostrar os dados mais recentes do contexto educacional brasileiro, será feita breve descrição, com base em Teixeira (1957), sobre a situação educacional brasileira na década de 1950, tendo em vista comparar a situação daquela época com atual contexto, ou seja, cerca de 60 anos depois.

De acordo com Teixeira (1957) no contexto da década de 1950, o Brasil tinha uma população escolar de 7 a 11 anos de idade num total de 7.595.000, a escola primária acolhia 4.921.986, cerca de 70%. (TEIXEIRA, 1957, p. 388). Estes dados retratam que o abandono era grande desde o 1º ano primário, consequentemente afetava os demais anos do primário. Teixeira (1957) usa o termo "seletivistas" para designar o ensino primário (1º ao 5ª ano – alunos de 7 a 11 anos) da educação brasileira. A tabela 01 sintetiza a situação daquela época, vajamos:

É possível identificar que a escola acolhia em meados da década de 1950 apenas 70% da demanda. Quase a metade daqueles que tinham vaga e frequentavam a escola não conseguiam prosseguir do 1º para o 2º ano. Isto fica evidente com a quantidade de alunos no 5º ano, neste havia apenas um total de 466.957, quando deveria ter 1.480.000. Estes dados foram expostos por Teixeira (1957), 25 anos depois do Manifesto dos Pioneiros da Educação, portanto, o problema permanecia evidente no sistema escolar brasileiro.

Além das problemáticas apresentadas acima, estudos, como de Cacciamali & Hirata (2005), Abram (2006) e Santos & Scopinho (2011), dentre outros, mostraram cientificamente que os negros – mesmo aqueles que conseguem concluir o EM, terão mais dificuldades de ingressar no mercado de trabalho, em comparação com a juventude branca. Este fato mostra que, para os negros, concluir o EM não é sinônimo de tranquila inserção no mercado de trabalho, pelo contrário, enfrentarão outra fase de segregação.

Os dados da PNAD (BRASIL, 2016), mostram que, uma vez tendo ingressado na escola, quase a totalidade dos alunos permanecem estudando até 14 anos de idade. A partir dos 15 anos (1ª série do EM), a proporção de evadidos vai aumentando significativamente até chegar a 19% aos 17 anos de idade. Assim, enquanto a proporção de alunos atendidos entre 6 a 14 anos era de 98,6% no EFI e II, de 15 a 17 anos era de 82,6% no EM em 2014 (BRASIL, 2016). A desproporção é evidente. Os alunos que não abandonam a escola ao longo do percurso do EFII, mesmo com histórico de retenções, fatalmente agregarão as estatísticas de distorção entre

idade e ano/série escolar, outro problema sério no sistema educativo brasileiro.
Estudo feito pela Universidade de São Paulo (USP), coordenado pelo pesquisador Reynaldo Fernandes, apontou que o atraso escolar, decorre, principalmente, das elevadas taxas de repetência. Até os 8 anos de idade a taxa de abandono é praticamente nula. A partir daí, cresce exponencialmente, até chegar a 37% aos 17 anos de idade. (SÃO PAULO, USP, 2010).
Outro problema que as escolas públicas enfrentam, diz respeito às altas taxas de insucesso escolar (soma de reprovação e abandono), principalmente na modalidade Média, para se ter ideia da gravidade da situação, em 2015 o insucesso escolar foi de 27,5 na 1ª série, 18,1 na 2ª série e 11,9 na 3ª série do EM (BRASIL, INEP, 2016). Somando o insucesso escolar nas três séries do EM, temos um percentual de 57,5. Ou seja, grosso modo, de mil alunos que entraram na 1ª série do EM em 2013-2014, mais da metade (557) não concluíram ou estavam atrasados nesta modalidade em 2016-2017, seja porque ficaram retidos ou porque abandonaram a escola.

O PROBLEMA DA TRANSIÇÃO DO 9º ANO DO EFII PARA A 1ª SÉRIE DO EM

Os dados do estudo desenvolvido por Reynaldo Fernandes (SÃO PAULO, USP, 2010), pelo INEP (BRASIL, 2016) e PNAD/IBGE (BRASIL, 2016), sintetizam que a percentagem de negros e pardos que tem acesso e permanecem na escola está aquém do esperando, parcela significativa dos que estavam no EFII não conseguiram conclui-lo, outros até chegam ao EM, mas são muitas vezes forçados pela dinâmica do próprio sistema a desistirem ao longo do processo. Os estudos indicam que o grupo com maior risco de insucesso escolar são jovens de baixas rendas, maioria negros, que trocam a escola por trabalhos ("bicos") precários, no caso das adolescentes, parcela significativa abandonam a escola porque engravidam precocemente.
A escola tem pouca interferência sobre os fatores externos que contribuem para o abandono escolar, todavia, há razões que estão diretamente ligadas com o próprio ambiente escolar. É o caso, por exemplo, do desinteresse dos jovens pelos estudos, motivados pela baixa qualidade do ensino, professores despreparados, altos índices de evasão docente (absenteísmo), currículos arcaicos, descontextualizados, desconectado da realidade social, pouco atrativos, conteudista, sem relação e sentido com os objetivos e projetos de vida dos adolescentes/jovens. Somam-se a estes fatores, práticas pedagógicas contraditórias, onde a solução para com aqueles alunos com "dificuldades de aprendizagens", "especiais", "rebeldes", "indisciplinados" muitas vezes é a punição, expulsão, retenção ou mesmo ignorá-los veladamente dentro da escola. (PATTO, 1993). Estes fatores contribuem para aumentar os altos índices de insucesso escolar.
Os dados sobre taxas de evasão e repetência dos alunos em 2013 (PNAD/IBGE 2014), enfatizam que a transição dos alunos do EFII (9º ano) para a 1ª série do EM, é a mais crítica em termos de reprovação e evasão escolar. No quesito evasão, há certa estabilidade ao longo do EFI, embora haja número considerável (10,9%) de alunos que são retidos no 3º ano do EFI. Todavia, o número de alunos que evadem cresce vertiginosamente principalmente ao longo do EFII, já no 6º ano a taxa de evasão chega a 13,1%.
Dados mais recentes (2016) de rendimento demonstram que ainda são altas as taxas de alunos que ficam retidos, principalmente na transição do EFII para o EM, ou seja, o problema permanece vivo. Apesar da queda da taxa de abandono, as taxas de reprovação e abandonos principalmente no EFII (9º anos) e (1ª série EM) são significativas. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), realizado em 2015, mostrou que entre os mais de 70 países participantes, apenas a Colômbia reprova mais que o Brasil. Essa questão será tratada com mais profundidade no próximo tópico.

SEGREGAÇÃO VELADA: REPROVAÇÃO E EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar não é um ato repentino, mas um processo lento que se dá em decorrência da dissintonia dos estudantes com a escola, sua estrutura curricular e seus objetivos, além de outros fatores restritivos presentes no seio das escolas, tais como, falta de atenção e ajuda aos alunos desfavorecidos, falta de ações de prevenção da evasão

e consequentemente do abandono, falta de ações que tenham como objetivos resgatar os alunos que estão em processo de evasão ou que já estão caracterizados como abandonos etc.

Em países com altos índices reprovação, como no caso brasileiro, há quem busca justificar a repetência por supostamente melhorar a aprendizagem dos alunos, contudo, pesquisas tem mostrado que esta estratégia é um mecanismo ineficaz (REBELO, 2009), pois leva muitos alunos a abandonarem a escola e não melhora a aprendizagem dos que não repetem, pelo contrário, fortalece o problema da distorção idade x ano/série. Além do mais, a medida tem efeito negativo sobre a aprendizagem, é a conclusão a qual chegou uma revisão feita por José A. S. Rebelo (2009), da Universidade de Coimbra, sobre os efeitos que a retenção tem sobre a aprendizagem, a personalidade e o comportamento dos estudantes. Rebelo (2009, p. 43) destacou que muitas pesquisas apontam a reprovação como uma ação "[...] ineficaz, do ponto de vista pedagógico, e até mesmo prejudicial ao desenvolvimento global dos alunos", desestimulando o prosseguimento dos mesmos no processo educativo.

Estudo coordenado por Marcel Crahay (2006), com mais de 5.500 professores brasileiros dos EF e Médio, sobre as crenças de professores brasileiros em relação à reprovação escolar, demonstrou que 78% dos docentes adotam uma postura parcialista quanto à reprovação, ora concordando, ora discordando. Manifestaram-se contra 13% e a favor, 9,4%. O estudo revelou ainda que quanto menos experiência e formação, maior é o grau de adesão à reprovação de alunos por parte dos professores.

ESCOLA E SEGREGAÇÃO EDUCACIONAL

As desigualdades educacionais são reflexos claros das desigualdades sociais, estas, são confirmadas pelos indicadores educacionais, como veremos neste tópico. De Acordo com o Censo demográfico do IBGE de 2015, no Brasil 53,9% das pessoas declaravam ser de cor/raça negra ou parda, enquanto o percentual das que se declaravam brancas foi de 45,2%. (BRASIL, 2016, p. 17). Isto mostra que mais da metade da população brasileira diz se enquadrar na categoria raça/cor negro/parda. Este dado terá reflexo no sistema educacional, onde parcela significativa dos alunos é predominantemente negro/parda.

A proporção de alunos negros no EM tem aumentado desde 2001, é o que indicam os dados da PNAD/IBGE (BRASIL, 2016), contudo, no quesito aprendizagem, a situação não teve melhorias significativas, embora esteja havendo mais acesso, todavia, a permanência e a qualidade da aprendizagem deixam a desejar.

Os indicadores demonstram que os níveis de proficiências dos alunos brancos são maiores que dos alunos negros. Por exemplo, os dados da PNAD/IBGE (BRASIL, 2016) mostraram que em Língua Portuguesa – na 3ª série do EM, numa média considerada adequada de 300 pontos, os negros tinham uma média de 254 pontos, enquanto os brancos de 269 pontos. Por sua vez, em matemática, numa média considerada adequada de 350, enquanto os negros tinham em média 258 pontos, os brancos despontavam com 278 pontos. Em muitas escolas, o fato do aluno ser negro já é motivo de sofrer bullying e preconceitos afins. O preconceito, a discriminação e outras formas de segregação influenciam no desempenho acadêmico dos mesmos, é a constatação que chegou a pesquisa do MEC e da Fipe/USP. (MAZZON, 2009).

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES

No contexto escolar, tão importante quanto os docentes que estão in front das batalhas travadas nas salas de aulas, é a figura dos gestores. É imprescindível que os gestores estejam inseridos, inteirados e atuando no processo pedagógico-formativo. A princípio, faz-se necessário ter conhecimentos dos fatores que levam os alunos a abandonarem a escola - cada escola apresenta suas especificidades, sendo necessário desenvolver ações também específicas, portanto, não há receita pronta para resolver o problema, mas há princípios comuns de gestão e ações que são fundamentais para o processo e podem ser aplicados, independente do contexto. O gestor tem a missão de estimular a formação permanente dos docentes, a partir das necessidades do contexto ao qual atuam, realizando estudos, discussões e reflexões sobre práticas inclusivas, democráticas e que

tenham como fim a equidade no cotidiano escolar, para que desse modo, combata as desigualdades e segregações educacionais.

Possíveis propostas para mudar o quadro de baixos rendimentos e abandonos escolares seriam: formação docente permanente sobre a temática raça, gênero, direitos humanos etc., currículo crítico que favoreça a equidade social, gestão escolar formativas, que tenham como objetivo a redução das desigualdades, formas comunicativas e emocionais de lidar com os adolescentes. Disponibilizar os professores mais experientes para trabalharem com os alunos que apresentam maiores dificuldades – ironicamente – os alunos que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem são exatamente negros e pardos.

Conversar com os pais e com os próprios alunos é uma das propostas possíveis, em muitas escolas se revelaram eficaz no combate do abandono. Há escolas que fazem uso dos próprios alunos para "buscar" aqueles alunos que estão começando a evadirem. Os alunos que são frequentes vão às casas dos alunos que apresentam excesso de faltas, nesse contexto verificam o que está acontecendo, convidam e incentivam a não abandonarem as escolas, além de levar relatos dos motivos da evasão dos colegas visitados aos gestores para que outras providências sejam tomadas. Gestores que aplicaram estas estratégias relataram que a ação gerou resultados positivos, pois, os alunos visitados relataram que a escola e os colegas não agiram indiferentes as suas ausências da escola. O documentário "Nunca me sonharam" (2017), relata histórias de alunos que tinham abandonado a escola, mas que voltaram a estudar por conta da preocupação dos colegas que os visitaram, enviaram cartas e de outras formas os estimularam a voltarem para a escola.

De acordo com o sociólogo Marcos Rolim (2016), a prevenção do abandono escolar contribui para que muitos adolescentes e jovens não sejam recrutados para a vida do crime, principalmente o tráfico de drogas – diz que, se a escola excluir, o crime acolherá. Portanto, o combate do abandono escolar vai muito além de levar os adolescentes e jovens a concluírem a Educação Básica, mas também prevenir o aliciamento destes pelo crime, isto tem como efeito o favorecimento do bem-estar social, com menos crimes na sociedade, menos jovens encarcerados ou mortos nas disputas entre os criminosos ou em confronto com a polícia.

Há exemplos em escolas brasileiras que chegaram a diagnosticar algumas das causas do abandono escolar e planejaram ações para ajudar os estudantes, como por exemplo, no caso que professores e a equipe pedagógica identificaram que muitos alunos ao final da 1ª série do EM ficavam retidos porque não tinham hábito de estudo. Diante disso, foram desenvolvidas ações com o objetivo de criar rotinas de estudos. Assim, foi estabelecido e passado para os alunos cronogramas dos temas que seriam abordados pelos professores nas diferentes disciplinas curriculares. Outra estratégia foi incentivar os alunos a lerem e produzirem resumos dos assuntos que seriam abordados nas aulas, isto possibilitou aos mesmos estudar e aprofundar os conhecimentos disciplinares em casa, chegando à escola com pré-requisitos, facilitando assim o processo de ensino-aprendizagem e consequentemente diminuindo o número de retenção e abandonos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora seja real e persistente o processo histórico de segregação no contexto educacional brasileiro, especialistas apontam que há formas de combatê-lo, afirmam que as escolas precisam, sobretudo, monitorar a situação de jovens em risco de evasão, e assim, colocar em prática medidas preventivas, sugerem, inclusive, abordagens socioemocionais, em paralelo com ações de tutoria e acompanhamento individualizado dos alunos. Mas, até que ponto as ações citadas são suficientes? Quais outras seriam necessárias?

As ações citadas claramente não são únicas e muito menos suficientes, (pois cada sistema escolar – escola – apresenta sua especificidade e, portanto, precisará planejar suas ações de acordo com sua realidade), todavia, as propostas e experiências apresentadas podem ser um passo inicial para promover melhorias de acesso e permanência dos estudantes, diminuir as discriminações raciais e assim os casos de retenções, evasões

e abandonos. Além disso, faz-se necessário que o poder público estude, planeje e implemente políticas públicas corretivas macro (como as cotas) e micro (pontuais), como por exemplo, maiores investimentos em lugares com altos índices de vulnerabilidades e segregação, para que assim possa ser iniciado o processo de equidade social.

BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

ABRAM, L. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. Cienc. Cult., São Paulo, v. 58, n. 4, p. 40-41, Dec. 2006.

AZEVEDO, F. A reconstrução educacional no Brasil ao povo e ao governo: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1932.

BRASIL. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2016. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/. Acesso em Outubro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Notas estatísticas do censo escolar de 2016. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2016 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

BRASIL. Rio de Janeiro. Características étnico-raciais da população: classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

CACCIAMALI, M. C.; HIRATA, G. I. A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda - uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo. Estud. Econ., São Paulo, v. 35, n. 4, p. 767-795, Dec. 2005.

CRAHAY, M. É possível tirar conclusões sobre os efeitos da repetência? Cad. Pesqui. São Paulo, v. 36, n. 127, p. 223-246, Apr. 2006.

LOURENÇO FILHO M.B. Introducção ao estudo da Escola Nova. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1930 (Bibliotheca da Educação, v. XI).

MAZZON, J. A. (coord). Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar: sumário dos resultados da pesquisa. São Paulo: MEC; INEP; FIPE, 2009.

MARCOS, R. Formação de Jovens Violentos: Estudo Sobre a Etiologia da Violência Extrema - Marcos Rolim. 1ª Edição. Ed. Appris, 2016.

PATTO, M. H. S. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia (4a ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.

REBELO, J. A. S. Efeitos da retenção escolar, segundo os estudos científicos, e orientações para uma intervenção eficaz: uma revisão. Revista Portuguesa de Pedagogia. Vol. 43, Nº 1 (2009).

SANTOS, E. F. dos; SCOPINHO, R. A. Fora do jogo?: jovens negros no mercado de trabalho. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 63, n. spe, p. 26-37, 2011.

SÃO PAULO (2010). Reynaldo Fernandes (coord.). Ensino Médio: Como Aumentar a Atratividade e evitar a evasão? USP, 2010.

TEIXEIRA, A. Educação Escolar no Brasil. In PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M. (Orgs.). Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964.

_____. Educação no Brasil. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional – MEC, 1976.

STEPAN, N. "A hora da eugenia": raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

SANDER, B. Administração da Educação no Brasil: genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livro, 2007a.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. São Paulo, Cortez, 1985.